

Editoriais

UM POÇO SEM FUNDO

As mais recentes informações sobre as relações do governo com as ONGs, a partir da divulgação de irregularidades no Ministério do Trabalho, trazem evidências de que o descontrole e a corrupção podem ter assumido uma dimensão maior do que a inicialmente suposta pelo próprio Executivo e por órgãos externos de fiscalização. Um relatório do Tribunal de Contas da União sobre as omissões das auditorias no ministério reforçam a sensação de que a desordem era generalizada. Afirma o TCU, em documento de 19 de outubro, que a pasta analisava precariamente a prestação de contas de seus parceiros públicos e privados. É que mais de 500 relatórios de prestação de contas, de entidades que receberam dinheiro público, hibernavam nas gavetas. Metade desses documentos corria o risco de ficar sem análise por mais de cinco anos.

Avaliada apenas pelos aspectos técnicos, a advertência indica que havia uma grave falha de gestão no acompanhamento dos convênios. Analisado mais atentamente, o alerta oferece subsídios para que se compreenda o descontrole em toda a sua dimensão. O que transparece é que as omissões administrativas faziam parte da lógica dos desmandos, ou seja, os controles eram precários, não só no Ministério do Trabalho, porque tal situação favorecia as engrenagens da corrupção. É parcial, portanto, a percepção de que havia incompetência, nos mais variados órgãos do Executivo, para controlar convênios que muitas vezes não apresentavam nenhuma utilidade. O que estava consagrado e só agora se denuncia em detalhes era a má-fé, com a ocupação de espaços e recursos públicos por apadrinhados políticos que vinham agindo em conluio com entidades de fachada.

As evidências de que a situação é bem mais grave vão além das reveladas pelo TCU e pelas investigações realizadas pela imprensa. Também a Controladoria-Geral da União vem apontando irregularidades há muito tempo, não só na auditoragem das contas. A CGU advertiu o governo sobre as falhas no processo de seleção das ONGs. Entidades sem condições de comprovar a qualidade dos serviços, sem habilitação legal e pedagógica, sem corpo

Ampliam-se os indícios de que o descontrole nos convênios do governo com as ONGs estava disseminado pelos ministérios, por incompetência e como instrumento a serviço de ações criminosas.



docente qualificado e até com situação patrimonial negativa eram credenciadas e assinavam convênios com o Ministério do Trabalho. Repetia-se assim o que já ocorria no Ministério do Esporte. A gestão precária e as práticas delituosas, com a cobrança de propinas, eram parte decisiva da tecnologia do crime disseminada pelas mais variadas áreas do governo.

No Ministério do Trabalho, os indícios são de que desfaçatez e imoralidade chegaram à perfeição. Há fortes suspeitas sobre as atividades de um servidor que estaria comandando o esquema de cobrança de propinas para resolver problemas de ONGs com contas embaraçadas na própria pasta. É uma situação tão absurda que parece improvável. Servidores pagos para fiscalizar o bom uso do dinheiro público locupletavam-se com a própria omissão. A amplitude dos desmandos exige que, além da força-tarefa já mobilizada pelo governo, Polícia Federal e Ministério Público dediquem-se com afinco a casos em que a negligência administrativa era só a camuflagem de atos criminosos.

Rede hoteleira

Os investimentos previstos para a expansão da hotelaria catarinense, nos próximos três anos, são significativos. Os aportes devem resultar na oferta de mais 5,2 mil leitos na rede, um aumento de 7,4% em relação aos 70 mil hoje existentes. Trata-se tanto de uma fundamentada aposta no crescimento do mercado turístico regional quanto de uma resposta pontual às novas exigências de qualificação e profissionalização do setor.

A nova fase que se inaugura volta-se, especialmente, para o interior de SC, e visa, preferencialmente, ao segmento de negócios e eventos. O Oeste

do Estado, o Vale do Itajaí, o Norte e o Nordeste do Estado estão na mira dos investidores, inclusive os estrangeiros, em razão da expansão de suas economias e de seus vigorosos parques industriais. Um dos efeitos virtuosos desta nova tendência que se afirma é o de reforçar a quebra da sazonalidade que, até poucos anos, mantinha o turismo cativo do Litoral e das temporadas de sol e praia, ignorando a rica diversidade paisagística, econômica e cultural das demais regiões.

No que se refere ao turismo de negócios e eventos, o que mais cresce e melhor retorno oferece atualmente, é impositivo lembrar que a disponi-

bilidade de locais para abrigar grandes reuniões e feiras é fundamental – centros de convenções, auditórios, parques de exposições. Aí estão os exemplos de Joinville e Florianópolis, que, neste ano, deixaram de receber eventos de grande porte por falta de instalações adequadas para sediá-los. Nunca será demais lembrar, também, que turismo de qualidade só é possível em lugares que têm qualidade de vida.

A expansão da rede hoteleira estadual confirma e reforça a atual posição de Santa Catarina como melhor destino turístico do país. Trabalhem todos para sempre fazer-lhe jus.

Artigos

Se esta rua fosse minha...

LÚCIA MARIA MENDONÇA SANTOS *

Tratar o trânsito e o transporte como faces de uma mesma moeda significa apropriar as vantagens de uma administração única das ações, de forma a garantir maior eficácia e potencializar os resultados das intervenções. Os investimentos no sistema viário precisam priorizar as necessidades de melhoria do serviço de transporte coletivo. Contraditoriamente, investimentos são feitos para equacionar o problema da circulação dos veículos particulares, muitas vezes com prejuízo para o sistema de transporte coletivo.

A formulação de políticas integradas de transporte e trânsito no conceito mais amplo de mobilidade ainda é travada por conceitos sedimentados na formação e treinamentos de agentes promotores dessas políticas públicas. Faz parte da cultura dos planejadores o entendimento do trânsito como o tratamento da infraestrutura viária e a regulamentação de seu uso e, como transporte, o suprimento dos meios para locomoção de pessoas que não têm a possibilidade de prover a sua mobilidade a partir dos próprios meios. O planejamento do transporte público é

operacional e não estratégico e, neste cenário, torna-se mais um elemento de disputa do espaço viário, onde a opção pelos meios de locomoção é ditada por fatores econômicos.

Comumente, as políticas de planejamento urbano reforçam modelos de cidades altamente dependentes do transporte motorizado. Somente a integração da gestão do trânsito e do transporte e do planejamento territorial com a adoção dos princípios da cidade sustentável poderá dar respostas aos conflitos de mobilidade e garantir o direito de ir e vir dos cidadãos, o direito à cidade, hoje os grandes depreciadores da qualidade de vida urbana.

Na construção de um novo paradigma, o deslocamento das pessoas deverá ser colocado como foco principal. O trânsito das pessoas deverá substituir o padrão do trânsito dos veículos e o conceito de circular deverá ser substituído pelo direito de acessar. A mobilidade precisa ser concebida como um direito social. A cidade deverá ser interpretada como um sistema de relações sociais entre o homem e o suporte físico que irá propiciar a sua mobilidade.

* Engenheira de Transporte e Trânsito

Exemplo de saúde pública

FRANCISCO KARAM *

A Suécia, país democrático com 9 milhões de habitantes, é um dos mais progressistas do mundo. E com alguns paradoxos. Conseguiu ficar fora das duas grandes guerras mundiais e tem grandes indústrias de armas, que são vendidas aos Estados Unidos. Possui, talvez, a maior carga tributária (60% da renda do cidadão), mas também escolas gratuitas de qualidade igual às nossas particulares.

E a assistência médica é exemplar. Os médicos do Estado, em início de carreira, recebem salário de R\$ 15 mil, que, conforme a eficiência e novos títulos do profissional, podem chegar a R\$ 45 mil ou mais. Eles cumprem horário integral, o governo lhes dá, gratuitamente, cursos de aperfeiçoamento e outros benefícios. Bem remunerados, não têm necessidade de correr entre dois ou três empregos. O atendimento ao paciente tem a qualidade das consultas particulares, um atendimento cuidadoso e consciencioso, sendo que os doentes que não podem locomover-se

recebem visitas domiciliares.

O médico Vollmer Bomfim, que viveu na Suécia, conta um fato extraordinário que demonstra como o bom atendimento nos consultórios pode diminuir a necessidade de internações: há 30 anos o país tinha 100 mil leitos hospitalares ocupados e, atualmente, não mais do que 28 mil. Além disso, consultas eletivas, com especialistas, têm o prazo máximo de sete dias, não meses, como no Brasil. A economia de mais de 70 mil leitos, dispensando a necessidade de construção de mais e mais hospitais, pôde possibilitar uma melhor remuneração aos profissionais.

Ao contrário, países que pagam salários miseráveis têm que construir mais hospitais e gastar muito mais com o atendimento sofrível. Isso não significa que o profissional brasileiro seja mal-intencionado, mas com salários ruins e sobrecarga de trabalho, não sobra tempo para aperfeiçoar-se e dedicar-se como deve a cada paciente que chega ao seu consultório.

* Médico em Videira

Envie artigos com até 1.900 caracteres para diariodo leitor@diario.com.br. Eles serão avaliados e poderão ser publicados. Informe nome, endereço, telefone, profissão e número da identidade

Grupo RBS

Presidente Emérito:
Jayme SirotskyFundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Conselheiros:

Betânia Tanure
Carlos Melzer
Cláudio Thomaz Lobo Sander
Gustavo Ioschpe

Jayme Sirotsky
Luiz Henrique Fraga
Marcelo Sirotsky
Pedro Pullen Parente
Pedro Sirotsky

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky
Vice-presidente executivo: Eduardo Sirotsky Melzer

Vice-presidente SC: Eduardo Magnus Smith
Vice-presidente RS: Geraldo Corrêa
Vice-presidente Institucional e Jurídico: Paulo Tonet Camargo
Vice-presidente de Gestão e Pessoas: Delí Matsuo
Diretor Executivo de Finanças: Claudio Toigo Filho
Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios: Luciana Antonini Ribeiro

Diretor Institucional e Jurídico SC: Paulo Gallotti
Diretor de Operações e Produto SC: Walter Bier Hoehner
Diretor-Geral de Mercado SC: Mário Neves

DIÁRIO CATARINENSE

Fundado em 5 de maio de 1986

Editor-Chefe: Nilson Vargas

Diretora Comercial: Luciana Luz

www.diario.com.br